

FR.2023.2697

Belo Horizonte/MG, 30 de outubro de 2023

**Ao**

**COMITÊ INTERFEDERATIVO - CIF**

**A/C:** SR. PRESIDENTE RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA

- Protocolo via Sistema -

**COM CÓPIA PARA A CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (CT-BIO)**

**A/C:** SR. COORDENADOR FREDERICO DRUMOND MARTINS

**REF.:** *Manifestação ao item 2.1 da pauta da 72ª Reunião Ordinária do CIF – Análises de metilmercúrio no escopo metodológico do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA) em Minas Gerais.*

**FUNDAÇÃO RENOVA** ("FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosamente, por seus representantes, **manifestar-se acerca do Item 2.1 da Pauta da 72ª Reunião Ordinária deste I. Comitê**, com fundamento na Cláusula 39, §§ 2º e 3º, do TAC Governança, e no art. 10, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do Comitê Interfederativo ("CIF"), nos termos que se seguem.

O referido item de pauta consiste no alegado descumprimento, pela FUNDAÇÃO, da Deliberação nº CIF 666/2023 ("Deliberação CIF 666"), a qual, com fundamento nas Notas Técnicas nºs 04/2023 e 10/2023 ("Notas Técnicas") emitidas pela Câmara Técnica de Conservação e Biodiversidade ("CT-Bio"), determinou a inclusão de análises para identificação e quantificação de metilmercúrio no escopo do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática ("PG28" ou "Programa").

DS  


Conforme já esclarecido anteriormente pela FUNDAÇÃO (FR.2023.2215), esta promoveu uma série de alinhamentos e estudos para verificar a viabilidade – e, principalmente, a **exequibilidade** – de atendimento da Deliberação CIF nº 666 no que diz respeito à inclusão de metodologia de análise de metilmercúrio no Estado de Minas Gerais.

Para o Estado do Espírito Santo, com o Monitoramento da Biodiversidade Aquática, a solicitação de inclusão de um novo parâmetro de análise nas matrizes de sedimento, tecidos de peixes e crustáceos se mostrou **viável**, conforme apresentado nas versões do Plano de Trabalho apresentados por meio dos ofícios FR.2023.1628, em 05.07.2023, e FR.2023.1906, em 03.08.2023.

No entanto, **no que se refere ao Estado de Minas Gerais**, o Monitoramento da Biodiversidade Aquática é realizado por meio de parceria firmada com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (“FAPEMIG”), sendo inviável **a inclusão de novas análises nas matrizes de sedimento, tecidos de peixes e crustáceos de acordo com o formato das linhas de pesquisa**. Isso porque, para o território mineiro, os 06 (seis) projetos contratados não possuem as análises de quantificação de metais nas matrizes solicitadas pela Deliberação CIF nº 666.

Ainda assim, e a despeito do Ofício FR.2023.2552 (“Ofício”), encaminhado pela FUNDAÇÃO em resposta à Nota Técnica nº 10/2023, em outubro de 2023, a CT-Bio deixou de analisar e apreciar as argumentações ali expostas, recomendando ao CIF que fosse a FUNDAÇÃO notificada pelo alegado descumprimento da Deliberação CIF nº 666.

Apenas para fins de contextualização, por meio da Nota Técnica nº 10/2023, a CT-Bio emitiu interpretação acerca do laudo pericial emitido pela empresa AECOM do Brasil, no contexto do incidente nº 1000412-91.2020.4.01.3800, em trâmite perante a 4ª Vara Federal Cível e Agrária da Subseção Judiciária de Minas Gerais (“Eixo Prioritário nº 6”). Em breve síntese, a CT-Bio alegou que o estudo pericial concluiu que, dentre as substâncias analisadas que apresentaram registros em níveis acima dos padrões, sendo nocivas à saúde humana, apenas e tão somente a substância metilmercúrio ainda não seria considerada nas análises atuais do PG28.

Entretanto, conforme amplamente explanado pela FUNDAÇÃO, por meio do Ofício, cabe a ressalva que este cenário somente se aplica às análises realizadas no Estado do Espírito Santo. Para além disso, o laudo pericial concluiu pela **inexistência** de nexo de causalidade entre as concentrações de metilmercúrio encontradas no pescado proveniente da região dulcícola, nos crustáceos provenientes da região estuarina e nos crustáceos oriundos da região marinha e o Rompimento.

De todo modo, por meio do OFÍCIO, a FUNDAÇÃO propôs que fosse realizada uma avaliação técnica, a partir da inclusão do parâmetro metilmercúrio, conforme desenho amostral indicado no Plano de Trabalho, que contempla 13 (treze) pontos localizados ao longo da bacia do Rio Doce, dos quais 03 (três) estão localizados no território mineiro.

Os pontos em questão apresentam uma base de dados histórica de parâmetros químicos, trazendo consigo condições para uma discussão técnica embasada em resultados já obtidos ao longo dos monitoramentos, sem que haja uma limitação territorial estadual do rio Doce, possibilitando uma análise mais robusta.

Assim, a FUNDAÇÃO entende que a malha de amostragem proposta no Plano de Trabalho, **a qual contempla uma parcela do território do Estado de Minas Gerais, poderia ser considerada nas avaliações para acompanhar as tendências de resultados de metilmercúrio no ambiente dulcícola**. Após o levantamento dos resultados encontrados a partir das duas campanhas (período seco e chuvoso) previstas no Plano de Trabalho subsidiaria condições para avaliar, com base em critérios técnico-científicos objetivos, a necessidade ou não de uma maior abrangência espacial para a investigação.

Além disso, importa destacar que, durante os anos de 2017 e 2018, foi realizado o monitoramento do metilmercúrio pelo Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático ("PMQQS"). Na oportunidade, restou constatado que todas as concentrações tiveram uma média de resultados de 0,000262ug/L, tendo o máximo valor atingido igual a 0,00214ug/L, com limite de quantificação de 0,00005ug/L. Diante dos resultados, houve a remoção do parâmetro metilmercúrio, por meio da Deliberação CIF nº 383/2020.

Atualmente, por decisão da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água ("CT-SHQA"), na segunda revisão bianual do PMQQS, foram incluídas análises para avaliação do metilmercúrio nas amostras de testemunhos de sedimento, coletados anualmente. A primeira campanha de coleta após a inclusão desta análise, que ocorreu em agosto e setembro de 2023, igualmente apresentou resultados abaixo do limite de quantificação em 60 (sessenta) pontos de rios, lagoas e zona estuarina.

Tais fatos reforçam a necessidade de apresentação de **análise e justificativa** embasada sobre o pedido de inclusão de metodologia e análises para identificação e quantificação de metilmercúrio no escopo do PG28.

Pelo exposto, a FUNDAÇÃO requer ao Comitê Interfederativo que **deixe de deliberar relativamente ao item 2.1 da pauta, reprovando a minuta posta em votação**, uma vez que, somente após o levantamento dos resultados encontrados, nos

termos do Plano de Trabalho, será possível avaliar a necessidade de implementação de novas análises.

Sendo o que cumpria para o momento, a FUNDAÇÃO se mantém à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Renovando nossos protestos de estima e consideração, subscrevemos a presente.

Atenciosamente,

DocuSigned by:  
*Laila Carini Campos Medeiros*  
26266F91F0914EE...

**FUNDAÇÃO RENOVA**

Laila Medeiros

**Coordenação de Proteção e Monitoramento da Biodiversidade**